VERBOCHAYE consultoria.lda	LETTER	162
Editorial		fevereiro 202

Actualidade Legislativa Interna

Diploma

de 6/01

de 06/01

de 7/01

Despacho

de 15/01

de 16/01

de 17/01

de 17/01

de 20/01

de 22/01

de 22/01

de 23/01

de 27/01

Jurisprudências

Jurisprudência TC + STA

Acórdão

Acórdão do Supremo

n.º 1/2025, publicado

Jurisprudência Comunitária (Fiscal)

Acórdão do TJUE. Processo C

601/23, de 19/12/2024 - Credit

Processo

30/2024-T

607/2024-T

304/2024-T

613/2024-T

617/2024-T

619/2024-T

622/2024-T

623/2024-T

638/2024-T

652/2023-T

688/2024-T

734/2023-T

771/2024-T

795/2024-T

821/2023-T

909/2023-T

184/2024-T

199/2024-T

349/2024-T

377/2024-T

597/2024-T

598/2024-T

615/2024-T

757/2023-T

885/2024-T

926/2024-T

589/2024-T

662/2024-T

679/2024-T

178/2024-T

732/2023-T

100/2024-T

18/2024-T

263/2024-T

271/2024-T

276/2024-T

284/2024-T

286/2024-T

313/2024-T

582/2024-T

606/2024-T

612/2024-T

616/2024-T

700/2024-T

809/2024-T

812/2024-T

873/2023-T

930/2023-T

16/2024-T

318/2024-T

344/2024-T

9/2024-T

956/2024-T

Diário República

n.º 1/2025, de 03/01

n.º 2/2025, de 10/01

n.º 3/2025, de 16/01

n.º 14/2025-XXIV

n.º 16037/2025, de 06/01

n.º 16038/2025, de 14/01

n.º 16039/2025, de 24/01

n.º 20272/2025, de 14/01

n.º 20273/2025, de 22/01

n.º 25056/2025, de 02/01

n.º 25057/2025, de 10/01

n.º 40128/2025, de 10/01

Assunto

Portaria nº 230/2019, de 23/07 (código 25)

RNH - Atividade de elevado valor acrescentado

dissolução, e que serão partilhados pelos sócios

RNH - AEVA atividade de elevado valor acrescentado - código 25

Despesa de educação - alojamento em residência universitária

Rendimento de Plano de Pensões de Residente Não Habitual

linguagens informáticas

os negócios e a gestão"

programação

Artigo

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

72

74

78

80

81

87

87

87

87

87

87

101

102

115

115

012-B

012-B

078-D

078-D

099-C

099-C

3

4

9

9

10

16

16

21

21

26

53

14

21

21

22

22

71

21

21

21

21

21

21

71

236

236

5

Verba 2.23

Verba 2.27

Suisse Securities (Europe)

Documento

Jurisprudência CAAD

Imposto

IMT

IMT

IRC

IRS

IRS

IRS

IRS

IRS

IRS

IRS

IRS

IRS

ISP

ISP

ISP

IVA

IVA

Outros

Outros

Outros

Outros

Outros

Outros

Outros

Outros

Outros

Outros

Outros

Outros

Outros

Outros

Outros

Outros

Outros

Selo

Selo

Selo

Selo

Selo

Instruções administrativas

Anexo Diploma

Circular

Circular

Circular

Despacho da SEAF

Ofício-circulado

Ofício-circulado

Ofício-circulado

Ofício-circulado

Ofício-circulado

Ofício-circulado

Ofício-circulado

Ofício-circulado

Informações Vinculativas

Imposto

CIRS

CIVA

EBF

Lei n.º 82/2023, de

Lei n.º 82/2023, de

29/12 - OE 2024

CIVA Lista I

CIVA Lista I

Outros assuntos

Assunto

"IRS-JOVEM"

de 10/12/2024

IES

IRS 2024

Segurança Social

VERBO**CHAVE · Consultoria**, Lda.

IRC - Declaração modelo 22

Diretiva (UE) 2025/50 do Conselho,

Rendimento e imposto pago em Portugal

RITI

29/12 - OE 2024

ADT Portugal / EUA

Tribunal de Justiça

no DR nº 5/2025,

de 8/01

Anexo

<u>link</u>

link

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

Anexo

<u>link</u>

Anexo

Anexo

<u>link</u>

Anexo

<u>link</u>

Anexo

<u>link</u>

Despacho n.º 236-

Portaria n.º 6-A/2025/1,

Portaria n.º 6-B/2025/1,

Decreto Regulamentar

Regional n.º 2/2025/A,

n.º 422/2025, de 09/01

Aviso n.º 1278/2025/2,

Decreto-Lei n.º 1/2025,

Aviso do Banco de

Portugal n.º 1/2025,

Portaria n.º 13/2025/1,

Portaria n.º 14/2025/1,

Decreto Regulamentar

Regional n.º 5/2025/A,

Portaria n.º 19/2025/1,

Decreto-Lei n.º 2/2025,

Despacho n.º 1103-

Portaria n.º 21/2025/1,

A/2025, de 23/01

A/2025, de 06/01

Diário República

Diário da República n.º 3/2025,

Diário da República n.º 3/2025,

Diário da República n.º 3/2025,

Diário da República n.º 4/2025,

Diário da República n.º 6/2025,

Diário da República n.º 10/2025,

Diário da República n.º 11/2025,

Diário da República n.º 12/2025,

Diário da República n.º 12/2025,

Diário da República n.º 13/2025,

Diário da República n.º 15/2025,

Diário da República n.º 15/2025,

Diário da República n.º 16/2025,

Diário da República n.º 16/2025,

Diário da República n.º 18/2025,

Suplemento, Série II de 23/01/2025

Série I de 07/01/2025

Série II de 09/01/2025

Série II de 15/01/2025

Série I de 16/01/2025

Série II de 17/01/2025

Série I de 17/01/2025

Série I de 20/01/2025

Série I de 22/01/2025

Série I de 22/01/2025

Série I de 23/01/2025

Série I de 27/01/2025

Diário República

Diário da República

Série I de 08/01/2025

Descrição

Data de decisão

1/5/2025

1/9/2025

1/7/2025

1/9/2025

1/6/2025

1/6/2025

1/9/2025

1/15/2025

1/7/2025

07/01/2025

08/01/2025

1/2/2025

24/01/2025

08/01/2025

12/01/2025

02/01/2025

08/01/2025

10/01/2025

1/6/2025

03/01/2025

05/01/2025

03/01/2025

09/01/2025

08/01/2025

02/01/2025

03/01/2025

03/01/2025

06/01/2025

07/01/2025

1/10/2025

02/01/2025

09/01/2025

09/01/2025

14/01/2025

08/01/2025

06/01/2025

07/01/2025

07/01/2025

07/01/2025

03/01/2025

14/01/2025

03/01/2025

07/01/2025

06/01/2025

06/01/2025

1/6/2025

13/01/2025

28/01/2025

06/01/2025

08/01/2025

09/01/2025

08/01/2025

06/01/2025

Doutrina Administrativa e Informações Vinculativas

do CIVA.

n.º 5/2025,

Suplemento, Série I de 06/01/2025

Suplemento, Série I de 06/01/2025

Suplemento. Série II de 06/01/2025

VERBOCHAVE consultoria.lda	LETTER	102
Editorial		fevereiro 202
A presente <i>newsletter</i> contém a síntese da atualidade legislativa publica CAAD, bem como a súmula da doutrina administrativa produzida pela A		

Descrição

para o ano de 2025.

social de emprego.

e instruções de preenchimento.

e ajudas de custo da Administração Pública.

(IAS).

para vigorarem durante o ano de 2025.

Aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho

dependente e pensões auferidas por titulares residentes no continente

Procede à atualização anual das pensões de acidentes de trabalho

Procede à atualização anual do valor do indexante dos apoios sociais

Estabelece o regime de apoios a conceder ao funcionamento do mercado

Aprova a declaração periódica de rendimentos modelo 22, respetivos anexos

Taxas supletivas de juros moratórios em vigor no 1.º semestre de 2025

Altera a base remuneratória e atualiza os valores das remunerações

Altera o Aviso do Banco de Portugal relativo à prestação de informação aos

concessão de crédito à habitação própria e permanente a jovens até 35 anos.

clientes bancários sobre o regime de garantia pessoal do Estado para a

Procede à primeira alteração da Portaria n.º 213/2024/1, de 18 de setembro, que estabelece o regime de aplicação dos apoios a conceder no âmbito da tipologia C.4.3.1 «Criação de agrupamentos e organizações

de produtores», integrada na intervenção C.4.3 «Organização da produção», do domínio C.4 «Risco e organização da produção»,

Altera a Portaria n.º 324/2017, de 27 de outubro, que fixa os encargos a

para o trabalho dos respetivos tra balhadores, mediante a realização de

juntas médicas ou através da verificação domiciliária da doença.

Segunda alteração ao Decreto Regulamentar Regional n.º 23/2022/A,

«Relançamento Económico da Agricultura Açoriana», enquadrado na componente «Capitalização e Inovação Empresarial», no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), aprovado ao abrigo do Regulamento (UE) 2021/241, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de fevereiro

de 2021, que cria o Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

de dados.

Descrição

suportar pelas enti dades empregadoras com a verificação da incapacidade

de 15 de novembro, que regulamenta a ação «Regimes de apoio à inovação de produtos e processos de produção e organização, à transição verde e à transição digital, destinados à reestruturação de empresas regionais do

setor de transformação e comercialização de produtos agrícolas», da medida

«Apoios diretos à recuperação e resiliência das empresas», do investimento

Procede à fixação do valor médio de construção a vigorar no ano de 2025.

Executa o Regulamento (UE) 2022/868, relativo à governação europeia

Aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho

dependente e -pensões auferidas por titulares residentes na Região

Define a estrutura de governação para o Sistema de Conhecimento e

Inovação da Agricultura (AKIS), criado pela alínea b) do n.º 2 do artigo

52.º do Decreto-Lei n.º 5/2023, no âmbito do Plano Estratégico da Política

Autónoma dos Açores para vigorarem durante o ano de 2025.

«1 — A vinculação para aval prestada em livrança em branco é, desde que assumida

sem prazo ou por prazo renovável, decorrido o prazo inicial, suscetível de denúncia,

até ao preenchimento do título. 2 — A denúncia só produzirá efeitos para o futuro,

ou seja, a desvinculação só será eficaz em relação a montantes que venham a ser

Retenção na fonte — Reembolso da retenção na fonte concedido aos beneficiários de dividendos

dividendos — Não reembolso da retenção na fonte aos beneficiários de dividendos não residentes

Prazo de caducidade de 8 anos para a liquidação oficiosa, prevista no art.

35.°, n.° 1, do CIMT, corrigindo erróneo benefício fiscal automático previsto

liquidação adicional. Isenção de IMT prevista para a aquisição de imóveis

por emigrantes portugueses - artigo 7.°, n.° 1, do Decreto-Lei n.° 540/76, de 9 de julho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 316/79, de 21 de agosto.

Disparidade na tributação de dividendos consoante sejam ou não residentes.

IRC – Da não exclusão da atividade de transformação e comercialização

IRC. Benefício fiscal. Fundo de investimento não-residente. Liberdade

IRC; OIC; distribuição de dividendos; retenção na fonte; liberdade de

IRC. Retenção na fonte sobre dividendos pagos a OIC não residente. Reclamação graciosa. Intempestividade. Competência do Tribunal Arbitral.

circulação de capitais; artigo 63.º do TFUE – Desistência parcial da instância.

IRC; Correções ao Lucro Tributável; Depreciações; Perdas por Imparidade;

RFAI – Ativos afetos à exploração da empresa, criação de postos de trabalho.

IRC - Tributação Autónoma. Despesas não Documentadas. Art. 88.º, n.º 1

IRC 2019. RFAI – investimento relevante; criação de postos de trabalho.

IRC – Organismos de Investimento Coletivo não residentes; dividendos;

IRC 2020. RFAI – investimento relevante; criação de postos de trabalho.

IRC – Cessação do regime simplificado de tributação previsto nos artigos 86.º-A

e 86.º-B do Código do IRC, por incumprimento dos requisitos legais aplicáveis.

IRS - Residência fiscal; regime fiscal dos ex-residentes; caducidade

IRS – Perdas por Imparidades/Reversão de Perdas por Imparidades –

IRS; Requisitos para aplicação do regime do residente não habitual;

IRS | Mais-valias | Habitação Própria e Permanente | artigo 11.º da Lei n.º

IRS - Regime dos residentes não habituais: violação do princípio da

confiança; violação do Direito da União; ADT celebrado com Suécia.

ISP – Contribuição do Serviço Rodoviário – Prova da Repercussão

ISP – Contribuição do Serviço Rodoviário – Prova da Repercussão

ISP – Contribuição do Serviço Rodoviário – Prova da Repercussão

IVA – Ilegitimidade material – Revisão Oficiosa - Inimpugnabilidade

Contribuição do Serviço Rodoviário (CSR). Incompetência material

Contribuição de Serviço Rodoviário; Pressupostos processuais;

Contribuição de Serviço Rodoviário (CSR) – Ilegitimidade ativa

Contribuição de Serviço Rodoviário; Pressupostos processuais;

Contribuição de Serviço Rodoviário (CSR) – Ilegitimidade ativa

Contribuição de Serviço Rodoviário (CSR) – Ilegitimidade ativa

de liquidação de impostos especiais de consumo.

Adicional de solidariedade sobre o sector bancário. Inconstitucionalidade

Contribuição de Serviço Rodoviário (CSR). Conformidade com o direito europeu. Repercussão de impostos indiretos. (I)legitimidade ativa das

entidades repercutidas. Ineptidão do pedido de pronúncia arbitral (PPA).

Contribuição de Serviço Rodoviário. Pedido de revisão oficiosa. Reembolso

Legitimidade do repercutido indirecto para suscitar a ilegalidade dos actos

CSR — Natureza jurídico-tributária da Contribuição de Serviço Rodoviário — Âmbito material da jurisdição arbitral tributária — Impugnação arbitral

de atos de repercussão de tributos — Legitimidade ativa do repercutido—

Contribuição de Serviço Rodoviário (CSR) - Conformidade com o direito

Contribuição de Serviço Rodoviário (CSR) - Competência dos Tribunais

CSR — Natureza jurídico-tributária da Contribuição de Serviço Rodoviário — Âmbito material da jurisdição arbitral tributária — Impugnação arbitral

de atos de repercussão de tributos — Legitimidade ativa do repercutido—

Contribuição de Serviço Rodoviário. Pedido de revisão oficiosa. Reembolso

Contribuição de Serviço Rodoviário (CSR) – Competência dos Tribunais

SGPS; Natureza de instituição financeira; Artigo 7.º, n.º 1, al. e) do CIS, 71.

Imposto de selo- incidência- isenções – operações de pagamento nacionais

Imposto do Selo; incompetência do Tribunal arbitral; fundos de investimento

Imposto de Selo, verba 17.3.4 da TGIS. SGOIC; Revogação parcial do ato tributário; Imposto do selo. Comissões de serviços de comercialização de

unidades de participação de fundos de investimento. Violação do Direito da

Causa prejudicial. Imposto do selo. Sociedades de capital de risco.

Retenção na Fonte sobre Rendimentos do Trabalho Dependente

Retenção na Fonte sobre Rendimentos do Trabalho Dependente

Retenção na Fonte sobre Rendimentos do Trabalho Dependente

Proibição de importação / Eexportação de substâncias proibidas

no âmbito da antidopagem no desporto - Rev. OC 15991/2024

CITES: Instruções de aplicação - Alteração OC n.º 15885/2022

Alterações às declarações modelo 37 e modelo 39.

Taxas de câmbio para a determinação do valor aduaneiro, a utilizar

IRC - Taxas de Derrama Municipal Incidentes Sobre o Lucro Tributável

IVA - Orçamento do Estado para 2025. Alterações ao Código do IVA

IMT - Tabelas práticas em vigor a partir de 01 de janeiro de 2025.

Tributação em sede de ISP e isenções - vigência em 2025

e Pensões - Tabelas de Retenção - Região Autónoma da Madeira - 2025

e Pensões-Tabelas de Retenção-Região Autónoma da Madeira-Meses

ou internacionais efetuadas através de caixas automáticas - taxas

Ineptidão da petição inicial — Caducidade do direito de ação.

Contribuição de Serviço Rodoviário (CSR) - Ilegitimidade ativa

da TGIS; Isenção; Uniformização de Jurisprudência.

multilaterais de intercâmbio -constitucionalidade.

imobiliário; segurança jurídica e proteção da confiança;

Regime da Gestão de Activos. Instituição financeira.

europeu. Repercussão de impostos indiretos. Legitimidade activa das

entidades repercutidas. Ónus da prova da repercussão.

CSR - Repercussão de impostos indiretos. Reembolso do imposto.

do Tribunal Arbitral; llegitimidade da Reguerente.

Competência do Tribunal Arbitral.

do imposto pago.

Ineptidão da petição inicial.

Arbitrais - Ilegitimidade Ativa

Arbitrais – Ilegitimidade processual ativa.

do imposto pago.

União Europeia.

Descrição

de novembro e dezembro de 2024

e Pensões - Continente - 2025

Prorrogação de prazos.

1 A 28 DE fevereiro de 2025

e Legislação Complementar.

de o IRC do Período Fiscal de 2024.

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da Portaria nº 230/2019, de 23/07 (código 25) - perfil do candidato não exige conhecimentos em

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da Portaria nº 230/2019, de 23/07 (código 25) - perfil do candidato sem necessidade de formação em

Categoria A - Rendimentos pagos referente a anos anteriores na qualidade de não residente

valor a atribuir aos imóveis que permaneçam na propriedade da sociedade aquando da sua

Dedução de despesa suportada com a reparação de elevador, por pessoa com deficiência

Pessoa com deficiência - reavaliação da incapacidade para grau inferior a 60%

Pessoa com deficiência - reavaliação da incapacidade para grau inferior a 60%

Pessoa com deficiência - reavaliação da incapacidade para grau inferior a 60%

Reavaliação de deficiência para grau de incapacidade inferior a 60%.

Pagamentos por conta - Cessação da obrigatoriedade

Momento para emissão da fatura e do recibo eletrónico

IRS Jovem - 1º ano de obtenção do benefício fiscal

Transmissão de património empresarial

RBC - Regime de Bens em Circulação.

Débito de Despesas

Dedução para pessoa com deficiência - Validade do Atestado Médico de Incapacidade Multiuso

axa de retenção na fonte aplicável a atividade com CAE 70220 "Outras atividades de consultoria para

Preenchimento do campo NIF estrangeiro na aplicação informática "faturas e recibos verdes".

IRS Jovem - Entrega de Modelo 3 como dependente e com rendimentos auferidos

Despesa de educação - estudante deslocado - alojamento em Pousada de Juventude

Despesa de educação - Estudante deslocado - Alojamento em residência universitária

Categoria A - Utilização de cartões pré-pagos para pagamento de prémios/incentivos

Retenção na fonte - Pagamento pela entidade patronal do saldo do "Banco de Horas".

Lições ministradas sobre matérias de ensino escolar ou superior/ formação EFA e FMC

de telecomunicações - Alínea 29) do artigo 9.º do Código do IVA

exercício exclusivo da atividade com o CAE 49320 - TVDE.

Aquisição de viatura para exercício de atividade profissional

Resgate de PPR fora das condições legalmente permitidas

Regularizações - artigo 25.º CIVA - benfeitorias

pagamento de prestação de crédito em HPP

transitório previsto no Decreto-Lei n.º 7/2015

foi declarado na Modelo 3 de IRS

incumprimento fiscal

pressupostos.

Isenção de Gratificação Salarial

intracomunitárias de bens

Descrição

Folheto elaborado pela AT

do imposto na fonte.

Envio da IES já disponível.

Principais prazos em 2025

copyright © VERBO**CHAVE** 2025 · Se desejar cancelar a subscrição desta newsletter, por favor faça *reply* deste e-mail com assunto "cancelar".

Rua Mouzinho da Silveira, nº27 - 5ºA · 1250-166 Lisboa · Portugal · T +351 213 570 797 · www.verbochave.pt

Certificado para não residentes

Guia Prático de Declaração de Remunerações

Guia Prático de Entidades Contratantes

Constituição Propriedade Horizontal - Partilha/Divisão de Coisa Comum

Contratos de cessão de exploração de parcelas de terreno baldio para instalação de equipamentos

Valor tributável - Despesas acessórias de transporte, no âmbito do Regime da União (Vendas Online)

Sujeito passivo misto - Enquadramento no regime especial de isenção previsto no artigo 53.º do CIVA

Enquadramento tributário de mais- valias resultantes da venda de ações de pequenas empresas

Lei nº 19/2022 - Regime excecional de resgate antecipado de PPR sem penalização em IRS, para

Cálculo das mais-valias de imoveis decorrentes da sua transmissão onerosa - aplicação do regime

Constituição de PPR autonomizados - Resgate de PPR fora das condições previstas na lei que não

Dedução à coleta de plano não contributivo de adesão obrigatória (PPR) efetuado pela entidade

Regime transitório de resgate de PPR, PPE e PPR/E (Artigo 6.º da Lei n.º 19/2022) - Permanência da

imobilização do PPR por 5 anos e entregas efetuadas na 1ª metade de vigência do contrato em 35%

Resgate parcial de Planos Poupança Reforma (PPR) fora das condições legalmente previstas

Resgate parcial de PPR fora das condições legalmente previstas - Apuramento da penalização por

Resgate parcial de PPR fora das condições previstas na lei - apuramento do incumprimento fiscal

Regime transitório para inscrição no regime fiscal dos residentes não habituais - Cumprimento dos

aplicação da verba 2.27 a obras de reparação ao abrigo de seguro multirriscos - autoliquidação

Faturação - Regime de derrogação nas Aquisições intracomunitárias de bens; vendas à distância

Já está disponível a submissão da declaração modelo 22 no Portal das Finanças.

Relativa a um desagravamento mais rápido e mais seguro do excesso de retenção

Guia Prático de Regularização Voluntária de Contribuições e Quotizações

Guia Prático do Estatuto dos Estatutos Profissionais na Área da Cultura

Guia Prático de Inscrição / Alteração Membros dos Órgãos Estatutários

Guia Prático de Pagamento de Contribuições à Segurança Social

Guia Prático de Restituição de Contribuições Pagas Indevidamente

Perguntas Frequentes – Estatuto dos Profissionais da Área da Cultura

Guia Prático de Declaração de Situação Contributiva - Pessoa Coletiva / Pessoa Singular

2.2025

Benefícios sobre imóveis objeto de reabilitação urbana - Tributação de rendimentos prediais

Imóvel situado em área de reabilitação urbana - verba 2.23 da Lista I - redação antiga

Enquadramento fiscal de fundo de investimento de longo prazo da União Europeia (ELTIF)

Enquadramento de Cooperativa do ramo de solidariedade social no mecenato social

Enquadramento de contrato de autorização de uso de marca - Cedência a terceiro.

Transmissão de imóvel objeto de ação de reabilitação urbana (ARU)

patronal - rendimento não sujeito a tributação na esfera do trabalhador

nas operações sujeitas a tributação, tendo em conta o disposto no artigo 81.º do Código.

qualificadas localizadas nos Estados Unidos da América, no âmbito da CDT Portugal/EUA.

Aquisição de uma viatura ligeira de passageiros, a combustível bi-fuel (gasolina e GPL), para o

IVA. Vales de finalidade múltipla não redimidos. Prestação de serviços. Incidência. Directiva (UE) 2016/1065 do Conselho. Art.º 7.º, n.º 15. al. b)

82.º-E/2014, de 31 de Dezembro | Dedução de despesas e encargos | artigo

IRS - art. 78.º CIRS - transparência fiscal - crédito fiscal - dedução à coleta.

IRS; Liquidação Oficiosa-Procedimento de Divergências

IRC – Artigo 22.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais; Organismos

de Investimento Coletivo; Livre circulação de capitais

retenção na fonte; livre circulação de capitais.

de vinhos comuns e licorosos (produtos agrícolas) do âmbito do RFAI pelas

IMT – Caducidade do direito à liquidação. Liquidação originária vs

IRC - Liberdade de Circulação de Capitais - Fundos de Investimento -

residentes que tenham resultado negativo no final do exercício fiscal de recebimento dos

Diferença de tratamento — Restrição — Comparabilidade — Justificação».

OAR; investimento de substituição.

Convolação em pedido de revisão oficiosa.

Incompetência relativa em função do valor

de circulação de capitais.

Mais-valias Mobiliárias.

do CIRC. Ónus da prova.

do direito de acção.

Dupla Tributação.

IRS de 2021 – Ajudas de custo.

Atividade de elevado valor acrescentado.

IRS – Inutilidade Superveniente da lide

51.°, n.° 1, alínea a) do Código do IRS.

IRS - Residente não habitual; Registo.

Tema

no art. 6.º do CIMT.

solicitados após a denúncia produzir os seus efeitos.»

pelo vinculado para aval que tenha deixado de ser sócio ou sócio-gerente da avalizada,

Agrícola Comum (PEPAC Portugal).

do eixo C «Desenvolvimento Rural» do PEPAC Portugal.

Por fim, junta-se a agenda fiscal para março de 2025.



news 162

Agenda Fiscal

Dia 5

IRS / IRC / IVA - SAF-T Faturação

Comunicação, por transmissão eletrónica de dados, dos elementos das faturas emitidas no mês anterior pelas pessoas singulares ou coletivas que tenham sede, estabelecimento, estável ou domicílio fiscal em território português e que aqui pratiquem operações sujeitas a IVA.

Dia 10

IRC / IRS - Modelo 10

Entrega da Declaração Modelo 10, relativa ao ano anterior, pelos sujeitos passivos que sejam devedores de rendimentos que não foram declarados na declaração mensal de remunerações.

IRS / IRC / SS - Declaração Mensal de Remunerações AT/SS Envio da Declaração Mensal de Remunerações AT/SS, por transmis-

são eletrónica de dados, pelas entidades devedoras de rendimentos do trabalho dependente para comunicação dos rendimentos e respetivas retenções de imposto, das deduções efetuadas relativamente a contribuições obrigatórias para regimes de proteção social e subsistemas legais de saúde e a quotizações sindicais, relativas ao mês anterior.

Dia 15

INTRASTAT

Envio da Declaração Intrastat por parte dos sujeitos passivos cujos montantes anuais transacionados ultrapassem o limiar de assimilação definido pelo INE, anualmente, relativamente às operações do mês anterior.

Dia 17

IRS - Composição do agregado familiar Consulta e atualização, por transmissão eletrónica, dos dados relati-

vos à composição do agregado familiar e outros elementos pessoais relevantes.

Comunicação de frequência de estabelecimentos de ensino de dependente com rendimentos

IRS - Frequência de estabelecimentos de ensino

IRS - Contrato de arrendamento de longa duração

Comunicação relativa aos contrato de arrendamento de longa duração

IRS - Comunicação Agregado Familiar

Comunicação dos membros do agregado familiar que frequentam estabelecimentos de ensino situados em território do interior ou das re-

giões autónomas e o valor total das respetivas despesas suportadas

IVA - Opção IVA Importações Prazo para opção pela modalidade de pagamento do IVA das importações de bens através da declaração periódica mensal no Portal das Finanças, para começar no mês seguinte.

IRS / IMT / IS - Modelo 11 Envio da Declaração Modelo 11, por transmissão eletrónica de dados,

pelos Notários e outros funcionários ou entidades que desempenhem

funções notariais, bem como as entidades ou profissionais com competência para autenticar documentos particulares que titulem atos ou contratos sujeitos a imposto sobre o rendimento ou património, das relações dos atos praticados no mês anterior. IRS - Residência permanente para um território do interior

damento de que resulte a transferência da residência permanente para um território do interior. AIMI - Declaração de atualização matricial

Registo das faturas ou outro documento que sejam relativos a arren-

prédios que integram a comunhão de bens dos sujeitos passivos casados - bens comuns -, não refletidos na matriz, tendo em vista a atualização matricial com efeitos a 1 de janeiro.

Comunicação, por transmissão eletrónica de dados, da titularidade dos

Dia 20

IVA - DP IVA Regime Trimestral

Envio da Declaração Periódica, por transmissão eletrónica de dados, acompanhada dos anexos que se mostrem devidos, pelos sujeitos passivos do regime normal trimestral, relativa às operações efetuadas no 4.º trimestre do ano anterior.

Envio da Declaração Periódica, por transmissão eletrónica de dados, acompanhada dos anexos que se mostrem devidos, pelos sujeitos

IVA - DP IVA Regime Mensal

passivos do regime normal mensal, relativa às operações efetuadas em dezembro. SS - Pagamento

Pagamento das contribuições para a Segurança Social

IVA - Declaração Recapitulativa - Regime Mensal

fevereiro 2025

Envio da Declaração Recapitulativa, por transmissão eletrónica de dados, pelos sujeitos passivos do regime normal mensal que no mês anterior tenham efetuado transmissões intracomunitárias de bens e/ou prestações de serviços a sujeitos passivos registados noutros Estados Membros, quando tais operações sejam aí localizadas nos termos do artigo 6.º do CIVA, e para os sujeitos passivos do regime normal trimestral quando o total das transmissões intracomunitárias de bens a incluir na declaração tenha no trimestre em curso (ou em qualquer mês do trimestre) excedido o montante de € 50.000.

IS - Declaração Mensal de Imposto do Selo

Entrega da Declaração Mensal de Imposto do Selo e respetivo pagamento.

IRS / IRC - Declaração de retenções na fonte de IRS / IRC Envio da declaração e pagamento do IRS e IRC retido no pagamento

ou colocação à disposição dos rendimentos, referentes ao mês anterior.

IVA - Declaração Modelo P2 / Guia Modelo 1074 Entrega da Declaração Modelo P2 ou da guia Modelo 1074, pelos reta-

consoante haja, ou não, imposto a pagar, relativa ao 4.º trimestre do ano anterior. **Dia 21**

Ihistas sujeitos ao regime de tributação previsto no artigo 60.º do CIVA,

BANCO DE PORTUGAL - COPE

COPE - Comunicação de Operações e Posições com o Exterior relati-

vas ao mês anterior.

Dia 25

IRS - Despesas atividade

Afetação de despesas e imóveis à atividade do sujeito passivo na categoria B.

Pagamento do IVA a efetuar pelos sujeitos passivos do regime normal

IVA - Pagamento Regime Trimestral

trimestral, relativa às operações efetuadas no 4.º trimestre. IVA - Pagamento Regime Mensal

Pagamento do IVA a efetuar pelos sujeitos passivos do regime normal

mensal, relativo às operações efetuadas em dezembro do ano anterior.

IRS - Confirmação E-fatura Prazo para confirmação e comunicação, pelos adquirentes de bens e

serviços, de faturas no E-fatura.

pelas entidades devedoras ou entidades que tenham pago ou colocado à disposição dos respetivos titulares os rendimentos a que se refere o artigo 71.º do CIRS ou quaisquer rendimentos sujeitos a retenção na fonte a título definitivo, no ano anterior, cujos titulares sejam residentes e não beneficiem de isenção ou redução de taxa.

Envio da Declaração Modelo 16, por transmissão eletrónica de dados,

Envio da Declaração Modelo 39, por transmissão eletrónica de dados,

pelas Entidades gestoras dos Fundos de Poupança em Ações.

IRS - Modelo 16

Dia 28

IRS - Modelo 39

IUC Pagamento do Imposto Unico de Circulação de fevereiro de 2025.

Envio da Declaração Modelo 42, pelas entidades que paguem subsí-

IRC / IRS - Modelo 42

dios ou subvenções não reembolsáveis no âmbito do exercício de uma atividade abrangida pelo artigo 3.º do CIRS, ou a sujeitos passivos de IRC, referente aos rendimentos atribuídos no ano anterior. IRC / IRS - Modelo 30

à disposição de sujeitos passivos não residentes no mês de dezembro do ano anterior.

Envio da Declaração Modelo 30 dos rendimentos pagos ou colocados

Opção pelo Regime Simplificado de determinação da matéria coletável.

IRC - Declaração de alterações - Regime Simplificado

IRC / IRS - Modelo 25

Envio da Declaração Modelo 25, por transmissão eletrónica de dados, pelas entidades beneficiárias de donativos fiscalmente relevantes no âmbito do regime consagrado no Estatuto dos Benefícios Fiscais e do

Estatuto do Mecenato Científico recebidos no ano anterior. **Notas**

Os valores monetários expressos nas guias ou declarações devem ser indicados em euros. Não foram considerados os feriados municipais. As informações constantes deste documento são passíveis de ser al-

Dia 31

teradas, nomeadamente nos prazos, por força de legislação que vier a ser produzida. março 2025

Dia 5 IRS / IRC / IVA - SAF-T Faturação

Agenda Fiscal

das faturas emitidas no mês anterior pelas pessoas singulares ou coletivas que tenham sede, estabelecimento, estável ou domicílio fiscal em território português e que aqui pratiquem operações sujeitas a IVA.

Dia 10 IRS / IRC / SS - Declaração Mensal de Remunerações AT/SS Envio da Declaração Mensal de Remunerações AT/SS, por transmissão eletrónica de dados, pelas entidades devedoras de rendimentos do

trabalho dependente para comunicação dos rendimentos e respetivas

Comunicação, por transmissão eletrónica de dados, dos elementos

retenções de imposto, das deduções efetuadas relativamente a con-

tribuições obrigatórias para regimes de proteção social e subsistemas legais de saúde e a quotizações sindicais, relativas ao mês anterior.

IRS / IMT / IS - Modelo 11 Envio da Declaração Modelo 11, por transmissão eletrónica de dados,

contratos sujeitos a imposto sobre o rendimento ou património, das

Prazo para opção pela modalidade de pagamento do IVA das importações de bens através da declaração periódica mensal no Portal das Finanças, para começar no mês seguinte. **Dia 20**

Envio da Declaração Periódica, por transmissão eletrónica de dados,

em janeiro.

IVA - Declaração Recapitulativa - Regime Mensal Envio da Declaração Recapitulativa, por transmissão eletrónica de

prestações de serviços a sujeitos passivos registados noutros Estados Membros, quando tais operações sejam aí localizadas nos termos do artigo 6.º do CIVA, e para os sujeitos passivos do regime normal trimestral quando o total das transmissões intracomunitárias de bens a incluir na declaração tenha no trimestre em curso (ou em qualquer mês do trimestre) excedido o montante de € 50.000.

IRS / IRC - Declaração de retenções na fonte de IRS / IRC

Envio da declaração e pagamento do IRS e IRC retido no pagamento ou colocação à disposição dos rendimentos, referentes ao mês anterior.

IS - Declaração Mensal de Imposto do Selo Entrega da Declaração Mensal de Imposto do Selo e respetivo pagamento.

SS Pagamento das contribuições para a Segurança Social. **Dia 24**

pelos Notários e outros funcionários ou entidades que desempenhem funções notariais, bem como as entidades ou profissionais com competência para autenticar documentos particulares que titulem atos ou

relações dos atos praticados no mês anterior. IVA – Opção IVA Importações

acompanhada dos anexos que se mostrem devidos, pelos sujeitos passivos do regime normal mensal, relativa às operações efetuadas

IVA - Declaração Periódica – Regime Mensal

dados, pelos sujeitos passivos do regime normal mensal que no mês anterior tenham efetuado transmissões intracomunitárias de bens e/ou

COPE - Comunicação de Operações e Posições com o Exterior relati-

Pagamento do IVA a efetuar pelos sujeitos passivos do regime normal

Dia 25

IVA – Pagamento – Regime Mensal

VERBOCHAVE · Consultoria, Lda.

mensal, relativo às operações efetuadas em janeiro.

vas ao mês anterior.

BANCO DE PORTUGAL

IUC - Liquidação e pagamento Os sujeitos passivos do Imposto Único de Circulação (IUC) relativo aos veículos cujo aniversário da matrícula ocorra durante este mês, devem proceder à sua liquidação e pagamento.

Entrega da Declaração Modelo 1074, em triplicado, donde constarão

as aquisições efetuadas durante o ano anterior pelos retalhistas sujei-

IVA - Compensação Forfetária Envio, por transmissão eletrónica de dados do pedido de compensa-

tos ao regime de tributação previsto no artigo 60.º do CIVA.

IVA - Declaração Modelo P2 / Guia Modelo 1074

ção forfetária pelos sujeitos passivos de imposto que optaram pelo regime previsto nos artigos 59.º-A a 59.º-E do CIVA, relativamente às operações nele abrangidas e efetuadas no ano anterior.

mento estável situado fora do território português.

Entrega pela herança indivisa, através do cabeça-de-casal, da decla-

ração identificando todos os herdeiros e as suas quotas, caso pretenda

IRS - Reclamação deduções coleta Prazo limite para apresentar reclamação do montante das deduções à coleta de IRS pelos contribuintes.

pelas instituições de crédito e sociedades financeiras que intervenham

IRS - Modelo 13

IRS / IRC - Modelo 30 Envio da Declaração Modelo 30 dos rendimentos pagos ou colocados à disposição de sujeitos passivos não residentes no mês de janeiro.

Envio da Declaração Modelo 13, por transmissão eletrónica de dados,

rências transfronteiras e envios de fundos que tenham como destinatário entidades localizadas em país, território ou região com regime de tributação privilegiada mais favorável, com exceção das efetuadas por pessoas coletivas de direito público.

coincida com o ano civil. **Notas** Os valores monetários expressos nas guias ou declarações devem ser indicados em euros. Não foram considerados os feriados municipais. As informações constantes deste documento são passíveis de ser alteradas, nomeadamente nos prazos, por força de legislação que vier a

Dia 15 IRC - Declaração de alterações - RETGS Envio da Declaração de alterações, por transmissão eletrónica de da-**INTRASTAT** Envio da Declaração Intrastat por parte dos sujeitos passivos cujos mondos, para optar ou renunciar, pela entidade dominante, relativamente

afastar a equiparação da herança a pessoa coletiva, para efeitos do Adicional ao Imposto Municipal sobre Imóveis (AIMI), conforme previsto no artigo 135.º-E do Código do IMI.

nas operações com valores mobiliários, warrants autónomos e instrumentos financeiros derivados.

Envio da Declaração Modelo 38, por transmissão eletrónica de dados, pelas instituições de crédito, sociedades financeiras e as demais entidades que prestem serviços de pagamento, relativamente às transfe-

ser produzida.

IRC - Declaração de alterações - GFL Dia 17 Envio da Declaração de alterações, por transmissão eletrónica de dados, para opção ou renúncia pela não concorrência para a determina-IRS - Deduções à coleta ção do lucro tributável dos lucros e prejuízos imputáveis a estabeleci-

Prazo limite de disponibilização por parte da Autoridade Tributária da informação sobre as deduções à coleta de IRS no Portal das Finanças. AIMI - Declaração de Herança Indivisa

IRS - Declaração de alterações Prazo de opção, através da entrega da Declaração de alterações, para os sujeitos passivos de IRS que pretendam alteração entre o regime

simplificado e o regime da contabilidade organizada.

IRS / IRC / IVA - Modelo 38

IRC - Declaração de alterações - RETGS Envio da Declaração de alterações, por transmissão eletrónica de dados, para opção pelo regime especial de tributação de grupos de sociedades (RETGS), ou para comunicação de inclusão ou de saída de sociedades do perímetro (exceto, neste último caso, se a alteração

ocorreu por cessação de atividade) ou ainda de renúncia ou cessação

de aplicação do regime nos casos em que o período de tributação

copyright © VERBO**CHAVE** 2024 · Se desejar cancelar a subscrição desta newsletter, por favor faça *reply* deste e-mail com assunto "cancelar".

Rua Mouzinho da Silveira, nº27 - 5ºA · 1250-166 Lisboa · Portugal · T +351 213 570 797 · www.verbochave.pt